

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE – CONIMS
RUA AFONSO PENA Nº 1902, ANCHIETA, CEP 85.501.530.
PATO BRANCO – PARANÁ

PARECER JURÍDICO FINAL nº 08/2024
PROCESSO 281/2023– PREGÃO ELETRÔNICO Nº 31/2023

I - EMENTA

Direito administrativo. Contratação. Pregão Eletrônico. Aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes com recurso de convênio estadual nº 222/2022 SESA/PR.

II– DOS FATOS

Trata o presente de consulta do Setor de Licitações, que requer a elaboração de parecer jurídico no pregão eletrônico nº 031/2023, regido pelas Leis 8.666/93 e 10.520/02, para o exame da sua regularidade visando à homologação do processo licitatório.

III- RELATÓRIO

Para exame e parecer dessa procuradoria, o setor de Licitações, encaminhou o pregão eletrônico nº 31/2023, que versa sobre o processo licitatório de aquisição de veículos, equipamentos e materiais permanentes com recurso de convênio estadual nº 222/2022 SESA/PR, conforme especificações e quantitativos descritos no termo de referência.

Constam desse processo administrativo, dentre outros, os seguintes documentos:

- 01) Justificativa– Evento 02
- 02) Termo de Convênio– evento 03
- 03) Solicitação inicial – evento 04
- 04) Pesquisa de preço/Cesta – evento 05
- 05) Solicitação de Contratação– Evento 06
- 06) Parecer Contábil – evento 07
- 07) Ato de Consórcio – evento 08
- 08) Edital de licitação e Anexos – evento 09
- 09) Solicitação de Parecer – evento 10
- 10) Parecer Jurídico– evento 10.1
- 11) Autorização de abertura de licitação – evento 11
- 12) Solicitação inicial complementar e demais documentos pertinentes– evento 12 a 16
- 13) Edital de licitação– evento 17
- 14) Publicações – evento 18
- 15) Impugnação e resposta – evento 19 a 22.2
- 16) documentos de habilitação – evento 23
- 17) declarações – evento 23.3

- 18) Ata do Pregão – evento 23.3
- 19) Resultado por fornecedor- evento 23.4
- 20) documentos -evento 25
- 21) Propostas e ficha técnica – evento 25.1
- 26) Solicitação de Parecer – evento 26

É o relatório.

IV– DO PARECER

O presente parecer se limita ao exame da conformidade dos atos praticados com a lei (lei 8.666/93 e lei 10.520/02) e o edital, no aspecto procedimental, não cabendo ao Setor Jurídico questões técnicas e aferição de regularidade da documentação, mas à observância do rito em si. À autoridade competente compete deliberar acerca da conveniência e oportunidade da homologação da licitação.

No mérito, a modalidade utilizada – Pregão Eletrônico, do tipo menor preço, está de acordo com o art. 4º, X, da lei 10.520/02, obedecendo assim, nesse ponto, os aspectos da legalidade, não cabendo novas ponderações e ressalvas já apontadas no Parecer inicial, cuja superação é competência da autoridade competente.

Quanto à instrução do processo, cabe ao setor consulente a aferição da regularidade dos documentos e atendimento das exigências do Edital em havendo dúvida acerca de questão a eles pertinente, deve provocar, de forma fundamentada e pontual, esta Assessoria, o que não ocorreu neste caso.

V – CONCLUSÃO

Diante do exposto, com base nas razões de fato e de direito narradas, esta assessora se manifesta, na perspectiva acima delimitada, pelo prosseguimento do feito.

Pato Branco, 23 de janeiro de 2024.

Maria Cecília Soares Vannucchi
OAB/PR 35.313